

# AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE REMOÇAO VEGETAL AERV nº 64/2024

Processo Administrativo n° 2484/2024

A Prefeitura Municipal de São Jerônimo, através da Coordenadoria Municipal de Meio Ambiente, em análise e estudo prévio com relação ao que determinam a Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); a Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro); a Resolução CONAMA nº 237/1997; a Lei Complementar nº 140/2011; a Lei Estadual nº 10.116/1994 (Lei do Desenvolvimento Urbano); a Lei Estadual nº 15.434/2020 (Código Estadual do Meio Ambiente); a Resolução CONSEMA nº 372/2018; a Lei Municipal nº 2.584/2006 (Plano Diretor); a Lei Municipal nº 1.072/96 (Código de Postura); a Lei Municipal nº 2.590/2007 (Política Municipal do Meio Ambiente); a Lei Municipal nº 2.626/2007 (Código Municipal de Arborização); e demais legislações existentes, com base nos autos do Processo Administrativo nº 2484/2024, expede a presente **AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE REMOÇÃO VEGETAL**, mediante as condições e restrições a seguir especificadas, incluindo a Reposição Florestal Obrigatória.

#### I- IDENTIFICAÇÃO

Autorizado(a): SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E

**MOBILIDADE URBANA** 

CPF/CNPJ: 88.117.700/0001-01

Endereço: Rua Cel. Antônimo Soares de Carvalho, nº 558, Centro

Município/UF: São Jerônimo, RS

Atividade: MANEJO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, ARBORETOS E ÁRVORES ISOLADAS

CODRAM: 10440.20

**Descrição:** Supressão de 41 exemplares vegetais, quais sejam: 01 *Bambusa taquara* (taquara), 01 *Ceiba* 

speciosa (paineira), 01 *Cinnamomum zeylanicum* (canela), 02 *Cordia sellowiana* (chá-de-bugre), 02 *Cupania vernalis* (camboatá-vermelho), 01 *Enterolobium contortisiliquum* (timbaúva), 01 *Eugenia uniflora* (pitangueira), 02 *Hovenia dulcis* (uva-do-japão), 02 *Inga vera* (ingá-banana), 03 *Ligustrum lucidum* (ligustro), 06 *Mimosa bimucronata* (maricá), 02 *Psidium guajava* (goiabeira), 12 *Schinus* 

terebinthifolius (aroeira-vermelha) e 05 Syzygium cumini (jambolão).

Localização: Rodovia RS-401, Padre Reus, São Jerônimo, RS

Coordenadas Geográficas: Latitude -29.960774 e Longitude -51.698002

#### II- CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

- 1. Não está autorizada supressão de vegetação <u>ameaçada de extinção</u> e/ou <u>imune ao corte,</u> conforme legislação vigente;
- 2. Os exemplares vegetais de Enterolobium contortisiliquum (timbaúva), espécie nativa no Rio Grande do Sul, e Ficus cestrifolia (figueira-da-folha-miúda), espécie considerada imune ao corte pelo Decreto Estadual nº 29.019/1979, situados próximo à construção já existente na propriedade, deverão ser obrigatoriamente preservados;



- 3. A requerente, Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Mobilidade Urbana, inscrita sob CNPJ nº 88.117.700/0001-01, deverá cumprir Reposição Florestal Obrigatória, com o plantio ou entrega à CMMA de 495 (quatrocentos e noventa e cinco) mudas de espécies nativas, com no mínimo 1,20 m de altura, no prazo de 90 (noventa) dias após a retirada dos vegetais autorizados. As espécies recomendadas são: Acca sellowiana (feijoa), Allophylus edulis (chal-chal), Bauhinia forficata (pata-de-vaca), Butia eriospatha (butiá), Campomanesia xanthocarpa (guabirobeira), Casearia sylvestris (chá-de-bugre), Cassia leptophylla (falso-barbatimão), Cedrela fissilis (cedro), Cordia americana (guajuvira), Cupania vernalis (camboatá-vermelho), Enterolobium contortisiliquum (timbaúva), Erytrina crista-galli (corticeira-do-banhado), Eugenia pyriformis (uvalheira), Eugenia uniflora (pitangueira), Ficus cestrifolia (figueira-de-folha-miúda), Inga vera (inga-feijão), Luehea divaricata (açoita-cavalo), Myrcianthes pungens (guabiju), Parapiptadenia rígida (angico), Peltophorum dubium (canafístula), Plinia trunciflora (jabuticabeira), Psidium cattleyanum (araçá), Salix humboldtiana (salso), Syagrus romanzoffiana (jerivá), Tabebuia alba (ipê-amarelo), Tabebuia heptaphylla (ipê-roxo);
- 4. As nidificações (ninhos de pássaros) existentes no ato da supressão deverão ser preservadas, sendo aguardado o fim de seu uso por parte das aves para a realização do manejo autorizado;
- 5. No momento do manejo devem ser tomadas as devidas medidas de prevenção de acidentes, incluindo o isolamento da área com fitas plásticas de cores chamativas, cones e/ou placas de sinalização, de acordo com a necessidade, para proteger os trabalhadores, pedestres, veículos e animais;
- 6. Os operadores não devem dispensar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) devidamente testados e certificados;
- O AUTORIZADO e/ou EXECUTOR deve(m) se responsabilizar por todas as medidas de segurança das operações do manejo florestal, inclusive no que se refere à segurança da população e bens materiais do entorno;
- 8. Devem-se utilizar ferramentas adequadas, tais como: serra manual e motosserra (devidamente registrada no órgão competente);
- 9. É PROIBIDO qualquer tipo de prática de queima dos resíduos vegetais na área do procedimento autorizado por esta licença;
- 10. O produto vegetal obtido NÃO poderá ser comercializado sem a devida emissão do Documento de Origem Florestal (DOF) do IBAMA. Recomenda-se o uso pelo próprio poder público;
- 11. O resíduo vegetal deve ser obrigatoriamente destinado à área licenciada para este fim, as expensas do autorizado;
- 12. O não cumprimento das condicionantes supracitadas poderá gerar multa ambiental e enquadramento criminal de acordo com a Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), Lei Municipal nº 2.590/2007 (Política Municipal de Meio Ambiente) e Lei Municipal nº 2.626/2007 (Código Municipal de Arborização)



#### Observações:

Esta autorização é válida apenas para as condições contidas acima. Caso algum prazo ou restrição estabelecido for descumprido, ou os dados fornecidos pelo requerente não correspondam com a realidade, esse documento perderá a validade automaticamente. Esta autorização não dispensa ou substitui qualquer alvará, licença ou certidão, de qualquer natureza, exigido pela legislação federal, estadual ou municipal. Caso ocorram alterações na atividade, o empreendedor acima identificado continuará responsável pela mesma até apresentar requisição de alteração desta autorização.

São Jerônimo, 18 de setembro de 2024.

Esta autorização é válida até 18 de setembro de 2025.

A renovação poderá ocorrer por no máximo 2 (duas) vezes, mediante solicitação.

Marli Abe

Coordenadora de Meio Ambiente



#### **RELATÓRIO FOTOGRÁFICO**



Figura 1 - Exemplares de *Enterolobium contortisiliquum* (timbaúva) (A e B) e *Ficus cestrifolia* (figueira-da-folha-miúda) (C e D) que deverão ser preservados, localizados próximos à construção já existente na propriedade.